

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

O caráter potencialmente revolucionário da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

El carácter potencialmente revolucionario de la pedagogía del Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)

Melina Casari Paludeto (Doutoranda do PPG em Educação -UNESP/Marília: mel_paludeto@yahoo.com.br)

Neusa Maria Dal Ri (Professora livre-docente III - UNESP/Marília: neusamdr@terra.com.br)

Resumo: O objetivo principal deste artigo é evidenciar o caráter potencialmente revolucionário presente na pedagogia do MST e sua relação com o trabalho. O caráter libertador manifesta-se na relação estabelecida entre a organização e produção de conhecimento e a luta travada pela terra. A luta engendrada fundamenta os princípios pedagógicos, e os conteúdos e métodos educacionais orientam e qualificam a própria luta. Uma pedagogia cuja especificidade é formar seres humanos capazes de assumir coletivamente a condição de sujeitos de seu próprio destino por meio do conhecimento produzido na e pela ação prática.

Palavras Chave: MST; Trabalho; Emancipação.

Abstract: The main purpose of this article is to highlight the potentially revolutionary character present in the MST pedagogy and its relationship with work. The liberating character is manifested in the relationship established between the organization and production of knowledge and the struggle for land. The struggle engendered based pedagogical principles, and the contents and educational methods guide and qualify the struggle itself. A pedagogy whose specificity is to form human beings capable of collectively assume the condition of subjects of their own destiny through the knowledge produced in and through practical action.

Keywords: MST; Work; Emancipating.

Introdução

As motivações para a escolha do objeto de estudo relacionam-se à importância que o

MST assume no cenário nacional e internacional. A história brasileira permite afirmar que nunca um movimento de camponeses durou tanto tempo e criou tantos vínculos em outras lutas. O MST tem na luta pela reforma agrária seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (organiza famílias) acabaram levando-o a desenvolver uma série de outras lutas sociais e combinadas, sendo uma delas pela educação.

Do nosso ponto de vista, a educação forjada pelo MST é resultado do próprio se fazer do Movimento em luta. A implementação de seus princípios educacionais é diferenciada de acordo com cada realidade específica, respeitando o momento histórico, as correlações de forças políticas e/ou dos próprios integrantes, das parcerias e alianças entre Movimento e sociedade.

O MST atua em todos os níveis e em diferentes modalidades de ensino, formal e não formal. Na Educação Básica tem escolas próprias de Educação Infantil denominadas de Ciranda, e tem hegemonia em escolas de ensino fundamental e médio públicas. Ainda, mantém várias escolas próprias de ensino médio e pós-médio profissionalizante, algumas em parceria com universidades.

O MST também participa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prone-ra) por meio do qual mantém inúmeros cursos de ensino superior com parcerias com universidades, além de gerir a escola própria de formação denominada Florestan Fernandes. Ainda, tem grande impacto os Cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos organizados em assentamentos e acampamentos. Em suma, o trabalho com a educação do MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento.

O MST tem seus princípios de educação e de pedagogia, que não são resultados de idealizações, mas, sim, das necessidades; não são abstrações, mas “[...] são o resultado de práticas realizadas, das experiências que estamos acumulando nestes anos de trabalho.” (MST, 1996: 4). Os princípios correspondem a: “[...] algumas ideias/convicções/formulações que são as balizas (estacas, marcos, referências) para nosso trabalho de educação no MST. Neste sentido, eles são o começo, o ponto de partida das ações.” (MST, 1996: 4).

Para a educação do MST o trabalho tem valor fundamental, pois gera riqueza, identifica os trabalhadores como classe, possibilita a transformação da consciência e é capaz de construir novas relações sociais. A mediação entre prática e teoria posta pelos princípios educacionais referem-se, nesse caso, à formação de sujeitos que são, acima de tudo, trabalhadores, mas que não deixam de ser militantes portadores de uma cultura de mudança e projetos de transformação evidenciando, portanto, o caráter potencialmente revolucionário da pedagogia do Movimento.

Buscaremos, a partir dessa afirmação, compreender como a relação entre educação-trabalho-mudança social aparece e justifica-se nos princípios educacionais do MST. Apresentamos, sob essa perspectiva, os princípios filosóficos e os pedagógicos por compreender que estes constituem-se como eixo estruturante da pedagogia do Movimento. Portanto, enquanto princípios, eles influenciam todo o processo educativo do MST (acampamento e assentamento), bem como modifica ou pode vir a modificar a prática daqueles que se formam sob a perspectiva de uma educação que se propõe libertadora.

1) Princípios educacionais no MST

Os princípios educacionais do Movimento estão ancorados em duas derivações, isto é, nos princípios filosóficos e nos princípios pedagógicos, ambos dispostos no documento publicado em 1996. Segundo o Movimento (MST, 1996: 4), “Os princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST.” Já os “princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos.” (MST, 1996: 4).

Uma questão controversa e que se faz necessária à introdução deste item é compreender se o MST desenvolveu uma pedagogia própria, pois à época da publicação desse documento (MST:1996) não havia uma postura esclarecedora a respeito. Será, portanto, somente em 2001 que o Movimento posiciona-se de maneira diretiva nesse sentido:

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. [...] A pedagogia do MST hoje é mais do que uma proposta. É uma prática viva, em movimento (MST, 2001: 19).

Contudo, mesmo o Movimento afirmando anos depois esse caráter propositivo de sua educação enquanto uma pedagogia, a própria compreensão do Movimento do que é pedagogia, ou seja, “[...] o jeito de conduzir a formação de um ser humano” (MST, 1999: 6), nos permite afirmar

que sempre houve em seu interior uma pedagogia própria, ou um jeito próprio de conduzir a educação que possibilita que sua pedagogia assuma certas particularidades.

Evidencia-se como uma polêmica o fato do MST ter ou não elaborado uma pedagogia nova, ou mesmo sua própria pedagogia. Porém, afirma Dal Ri (2004:186), “[...] ao produzir e implementar uma nova proposta de educação em suas escolas, o Movimento acabou criando também uma nova forma de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias construídas historicamente. Sobre esse aspecto é importante ressaltar que o MST não assume ou se filia a nenhuma dessas matrizes, “[...] mas incorpora e implementa aspectos teórico-práticos de várias abordagens. (DAL RI, 2004: 186).

1.1) Princípios filosóficos

São quatro os princípios filosóficos identificados no Movimento (MST: 1996):

O primeiro princípio é o da transformação social, que busca elementos na compreensão do que deve vir a ser a educação que transformará a realidade social e os sujeitos nela inseridos. Ela está subdividida em 6 itens que definem esta concepção, isto é: educação de classe; educação massiva, educação organicamente vinculada ao Movimento Social; educação aberta para o mundo; educação para a ação; e educação aberta para o novo.

Em todas elas nota-se o intuito em formar para transformar. Nesse sentido, o princípio que rege como sendo fundamental é o direito inalienável à educação. Mas não se trata de uma educação em sua forma abstrata, e sim organicamente vinculada às lutas e ao próprio Movimento, com métodos próprios que buscam a construção de uma hegemonia e projeto político particulares alçando a projeção de um mundo novo, não se prendendo à realidade imediata.

Para isso, a relação entre teoria e prática faz-se fundamental. A educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada consciência organizativa, que é aquela em que as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade. E, acima de tudo, essa educação deve ser capaz de entender e ajudar a construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido.

O segundo princípio é o que associa educação para o trabalho e a cooperação, ou o mesmo que a relação necessária que a educação e a escola devem ter com os desafios impostos pelo tempo histórico. Está no cerne do Movimento a luta pela Reforma Agrária, portanto, as práticas educacionais que se realizam no meio rural devem incorporar os desafios impostos por essa luta na implementação de novas relações sociais de produção no campo e na cidade. (MST, 1996: 7)

O terceiro, por sua vez, fundamenta-se em uma educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana valorizando-se a educação omnilateral, ou uma educação que não se preocupa só com um lado ou dimensão da pessoa, ou só com um lado de cada vez; só o intelecto, ou só as habilidades manuais, ou só os aspectos morais, ou só os políticos. (MST, 1996: 8). Algumas das dimensões principais que o Movimento destaca acerca desse princípio são: “[...] a formação político-ideológica; a formação organizativa; a formação técnico-profissional; a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas); a formação cultural e estética; a formação afetiva; a formação religiosa...” (MST, 1996, p. 8).

Por fim, o quarto princípio define-se por uma educação com base em valores humanistas e socialistas, pois a educação no Movimento tem como valor fundamental a construção do novo homem e da nova mulher. Assim, a preocupação do Movimento é priorizar uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro e no individualismo desenfreados. (MST, 1996: 9).

1.2) Princípios Pedagógicos

Com o intuito de tornar concreto os princípios filosóficos, os princípios pedagógicos definem-se pelo fazer e pensar a educação.

A relação entre prática e teoria defendida pelo Movimento ancora-se no pressuposto de que, se se busca educar sujeitos para um novo projeto de desenvolvimento social para o campo, logo é necessário que existam, que se formem sujeitos capazes de articular de forma eficaz teoria e prática. Aqueles que não conseguem agir dessa forma no contexto social atual, não conseguem compreender os desafios postos pela realidade.

[...] consideramos superada historicamente aquela visão de que a escola é apenas um lugar de conhecimentos teóricos que depois, fora dela, é que serão aplicados na prática. Queremos que a prática social dos/das estudantes seja a base do seu

processo formativo, seja a matéria prima e o destino da educação que fazemos. (MST, 1996: 10-11)

A combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação, outro princípio pedagógico, por sua vez, possibilita uma relação baseada no respeito ao desenvolvimento do educando, em que “[...] nem tudo se aprende da mesma maneira, e nem todas as dimensões da educação podem ser trabalhadas do mesmo jeito, ou com a mesma metodologia.” (MST, 1996:11). Nas palavras de Dal Ri (2004: 191):

Para o Movimento, a educação deve combinar os dois processos, o de ensino e o de capacitação, ora priorizando um, ora outro, de acordo com a situação. Acrescenta, ainda, que a escola é tradicionalmente um espaço de ensino e, portanto, constitui-se em uma verdadeira revolução introduzir-se nela a lógica da capacitação.

Isso porque, outro aspecto dos princípios pedagógicos ancora-se na realidade como base na produção do conhecimento, sendo o último um dos pilares do processo educativo. Para isso é preciso garantir que os educandos produzam conhecimento. Contudo, não deve ser qualquer conhecimento, mas, sobretudo, aquele direcionado à prática de luta do MST.

Sendo assim, os conteúdos assumem caráter formativo socialmente útil, isto é, o MST não acredita numa pedagogia centrada nos conteúdos como sendo a parte mais importante do processo educativo em que apenas o domínio teórico demonstra que a pessoa está sendo bem educada. Acima de tudo, o Movimento parte da “[...] convicção pedagógica de que os conteúdos são instrumentos para atingir os objetivos, tanto os ligados ao ensino quanto à capacitação. (MST, 1996:14)

Outro aspecto dos princípios pedagógicos refere-se à educação para e pelo trabalho. O MST parte da compreensão de que o trabalho gera riqueza, que os identifica como classe e o que possibilita a construção de novas relações sociais, além de novas consciências, tanto coletivas quanto individuais. Percebe-se, dessa forma, que o trabalho estrutura a prática e a teoria do Movimento como um todo.

[...] vincular a educação ao trabalho é uma condição para realizar os seus objetivos políticos e pedagógicos. Essa vinculação pode ser entendida em duas dimen-

sões básicas e complementares: a educação ligada ao mundo do trabalho; e o trabalho como método pedagógico. A combinação entre educação e trabalho é um instrumento fundamental para o desenvolvimento de várias dimensões da proposta de educação do MST e, talvez, seja uma das faces mais originais da mesma. (DAL RI, 2004:191)

O princípio da gestão democrática e o princípio do vínculo orgânico entre ensino e trabalho produtivo são essenciais para a educação do Movimento, configurando em um vínculo orgânico entre processos educativos e político. Esses se desdobram em seis dimensões (MST, 1996:16).

Por processos políticos o MST entende o modo de governar e/ou dirigir a vida social pública. As relações de poder, nesse caso, estão diretamente relacionadas à conservação ou transformação da sociedade tal como ela está organizada. (MST, 1996:16)

A educação é sempre uma prática política, à medida que se insere dentro de um projeto de transformação ou de conservação social. Mas durante muito tempo se tentou acreditar que educação e política não deveriam se misturar. [...] No caso dos/das estudantes do MST, quando a escola nega sua relação com a política, está dizendo a eles/elas que reprova a sua participação no Movimento, na luta pela Reforma Agrária, e que militância nada tem a ver com educação. Combatemos com veemência esta posição! (MST, 1996:16)

Por vínculo orgânico entre educação e política o Movimento entende “[...] fazer a política entrar/atravessar os processos pedagógicos que acontecem nas escolas, nos cursos de formação. É bem mais, então, do que conversar sobre questões políticas.” (MST, 1996:16).

Segundo o MST isso demanda conseguir trabalhar pelo menos algumas das dimensões a seguir: a) “[...] alimentar a indignação ética diante das situações de injustiça e de indignidade humanas.” (MST, 1996:16); b) “[...] desenvolver atividades e estudar conteúdos intencionalmente voltados à formação político-ideológica dos/das estudantes.” (MST, 1996: 16); c) “[...] estimular e participar junto de lutas sociais concretas dos trabalhadores de outras categorias, como forma de educar para a solidariedade de classe” (MST, 1996: 17); d) “[...] incentivar os/as estudantes para que se organizem e aprendam também a lutar pelos seus direitos [...]” (MST, 1996:17); e) “[...]” (MST, 1996:17);

desenvolver processos de crítica e autocrítica coletiva e pessoal, visando avançar na coerência entre o discurso político e a prática política” em todas as instâncias sociais (MST, 1996:17); f) “[...] chegar a ser militante! Esta é a meta; porque nada mais efetivo no aprendizado político do que pertencer a uma organização.” (MST, 1996:17).

Outro princípio pedagógico é o vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos. O MST compreende que os processos econômicos são aqueles que dizem respeito à produção, à distribuição e ao consumo de bens e de serviços necessários ao desenvolvimento da vida humana em sociedade, já que são “[...] as relações econômicas [...] que movem as sociedades, transformam as pessoas. (MST, 1996:17)

O vínculo orgânico entre educação e cultura, para o Movimento referencia-se no entendimento de que é por meio da cultura que a humanidade se comunica, isto é, permite a própria educação. Assim, a educação pode ser considerada ao mesmo tempo “[...] um processo de produção e de socialização da cultura; pode ser ainda um processo de transformação cultural das pessoas, dos grupos.” (MST, 1996:18).

Grande parte desses princípios é viabilizada por dois outros: a gestão democrática e a auto-organização dos/das estudantes. Ao considerar a democracia como sendo um princípio pedagógico, o MST entende que não basta apenas que se discuta sobre ela, mas é preciso vivenciá-la. Vivenciar um espaço de participação democrática, portanto, é uma forma de educar-se pela e para a democracia social. (MST, 1996:19). Auto-organização, nesse sentido, significa um espaço autônomo para que os estudantes encontrem-se, “[...] discutam suas questões próprias, tomem decisões, incluindo aquelas necessárias para sua participação verdadeira no coletivo maior de gestão da escola. (MST, 1996:19-20)

Outra preocupação do Movimento é a criação de coletivos pedagógicos e de formação permanente, tanto de educandos quanto dos educadores, pois nesses espaços coletivos é viabilizado o princípio do trabalho de educação: “[...] quem educa também precisa se educar continuamente.” (MST, 1996:21).

Atitudes e habilidades de pesquisa também se denominam enquanto princípio pedagógico. O ato de pesquisar assemelha-se à investigação sobre uma realidade, isto é, um esforço sistemático e com rigor científico que possibilita compreender em suas especificidades aquilo que se apresenta como um problema. Segundo Dal Ri (2004: 193-194)

Para o MST, a pesquisa implica uma atitude diante do mundo, diante do conhecimento, e implica habilidades, ou competências que precisam ser formadas nas pessoas, aprendidas por elas. Dessa forma, nas suas escolas, a prática da pesquisa está conectada com o próprio princípio de relacionar teoria e prática e precisa ser constituído como uma metodologia de educação, adequando-se às diferentes idades, aos diferentes interesses e às exigências específicas do contexto no qual ocorre cada processo pedagógico.

Segundo o Movimento, a crítica mais comum feita à sua educação é que esta privilegia o coletivo deixando de lado a dimensão individual do processo educativo. Ao contrário do que se critica, há no MST uma combinação entre os processos pedagógicos coletivos e individuais. Todos os princípios pedagógicos “[...] têm como centro a pessoa, só que não isolada, individual, mas sim como sujeito de relações, com outras pessoas, com coletivos, e com um determinado contexto histórico, social.” (MST, 1996:22).

De forma bastante esquemática, estão dispostos os principais princípios educacionais presentes nos documentos de 1996, 1999 e 2001 do MST. Desta feita, é possível afirmar que um dos princípios que fundamentam a pedagogia do Movimento é a formação de sujeitos capazes de intervir na transformação prática (material) da realidade a partir do desenvolvimento da consciência organizativa.

2) A relação entre educação e trabalho: um exemplo prático

No início do texto afirmamos que o trabalho entendido pelo MST é aquele que gera riqueza, identifica os trabalhadores como classe, possibilita a transformação da consciência por meio da construção de novas relações sociais. É possível identificar tal afirmação ao longo dos princípios filosóficos e pedagógicos igualmente expostos.

Assim, é possível afirmar que a relação entre educação e trabalho para o Movimento é nuclear, possibilitando a construção da vida. Contudo, uma vida orgânica à luta característica do MST: trabalhador como militante, militante como trabalhador e teoria que fundamenta a prática e prática que fundamenta a teoria.

Um exemplo concreto pode ser observado na pesquisa realizada por Dal Ri e Vieitez (2004) no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC)³²⁶, em especial o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC)³²⁷. O IEJC é uma escola de educação média e profissional. O objetivo dessa pesquisa foi expor os principais elementos educativos presentes na escola de forma a compreender em que medida esses elementos constituíam-se como elementos que interessariam à classe trabalhadora no geral. As conclusões dessa investigação apontam que a união entre ensino e trabalho sob a perspectiva da mudança possibilitaram a essa escola a união entre ensino e trabalho sob as bases da gestão democrática compartilhada entre alunos, professores e funcionários.

Para o movimento, não basta que o militante tenha formação política, ainda que esta seja essencial. Paralelamente a essa qualidade, o Movimento precisa que o seu membro tenha também capacitação técnica, bem como desenvolva as aptidões necessárias à organização coletiva da vida social, à organização coletiva da produção e de outras atividades econômicas. (DAL RI; VIEITEZ, 2004:46).

Uma das formas que o MST utiliza para organizar a produção é por meio das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), em que há a gestão democrática ou a autogestão. As relações de trabalho nas CPAs diferem-se das relações de trabalho usuais da sociedade, pois o trabalho assalariado dá lugar ao trabalho associado. Entre outras características destacam-se: “[...] inexistência do trabalho assalariado; distribuição igualitária do excedente econômico; o trabalho coletivamente organizado; e a gestão democrática” (DAL RI; VIEITEZ, 2004:46).

Como já apontamos, a organização do trabalho e da produção pelo Movimento, pressupõe a organização da sua educação e vice versa. A educação dominante é a educação das classes dominantes. Neste sentido, o IEJC foi criado para atender às características e necessidades específicas do MST, dentre as quais se destaca a formação dos militantes e quadros do Movimento.

³²⁶ Sobre os cursos oferecidos pelo IEJC ver mais detalhadamente em Dal Ri e Vieitez (2004)

³²⁷ Um de nossos primeiros cursos nessa perspectiva, o ‘TAC’, Técnico em Administração de Cooperativas (hoje Técnico em Cooperativismo), completou 20 anos em 2013, iniciando nesse ano sua décima quarta turma no Instituto Josué de Castro. (CALDART, 2013:19).

O curso de formação de professores expressa a preocupação com a educação escolar das crianças do acampamento e assentamentos. O TAC revela a disposição do Movimento em promover formas variadas de cooperação e, em especial, a criação de cooperativas de trabalho coletivo e gestão democrática. E o curso de saúde indica uma outra área básica com a qual o Movimento tem de se preocupar, diante das insuficiências das estruturas públicas existentes. (DAL RI; VIEITEZ, 2004:47)

Sobre o TAC podemos destacar que as disciplinas seguem a formação geral e a administração de cooperativas, sendo que no currículo está presente a história do Movimento, a impo-
sição pedagógica dos professores e, por fim, a vinculação entre os conteúdos disciplinares com a realidade dos assentamentos e acampamentos. (DAL RI; VIEITEZ, 2004)

O vínculo entre educação e trabalho se dá diretamente por meio do trabalho real, concreto. O trabalho na escola deve estar associado a um trabalho útil, sem o que este perderia seu aspecto social, reduzindo-se “[...] de um lado à aquisição de algumas normas técnicas e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático” (DAL RI; VIEITEZ, 2004:51). O aluno do TAC, por exemplo, pode, se assim o desejar, dirigir-se ao mercado de trabalho e disputar uma vaga em qualquer organização, pois a formação que recebe no IEJC o habilita para isso. Contudo, os empreendimentos econômicos do MST, notadamente as cooperativas de trabalhadores associados, não constituem um mercado de trabalho e nem interagem com este, uma vez que suprem suas necessidades de trabalho por meio de outros mecanismos. O aluno formado pelo TAC não vai à busca de um emprego, pois ele já pertence a uma comunidade de trabalho, ou poderá ser alocado em outro setor qualquer do Movimento. (DAL RI; VIEITEZ, 2004: 52).

Ainda segundo Dal Ri e Vieitez (2004), o curso de formação de professores expressa a preocupação direta com a educação escolar das crianças, tanto dos acampamentos quanto dos assentamentos. O TAC, por sua vez, dispõe-se à criar cooperativas de trabalho coletivo e gestão de-

mocrática. O curso da saúde, por sua vez, indica a necessidade de suprir o básico, isto é, as insuficiências das estruturas públicas existentes.

Os cursos do IEJC são reconhecidos pelo MEC e por isso atendem às legislações educacionais vigentes. Contudo, o Instituto introduziu nos cursos elementos pedagógicos diferenciados, que atendem à realidade do MST. As disciplinas ministradas são as usuais para os curso do mesmo gênero, o que se modifica é o enfoque de classe, “[...] nomeadamente a dos trabalhadores do campo, contrapõe-se ao universalismo abstrato dominante na escola oficial” (DAL RI; VIEITEZ, 2004: 53). Uma das mudanças introduzidas mais importantes é o modo de organização e funcionamento da escola. Um sistema de poder baseado na democracia direta, na autogestão ou gestão democrática partilhados por alunos, professores e funcionários [...] A articulação entre o ensino e o trabalho real é uma outra modificação importante. A categoria *estudante*, típica da escola capitalista, tende a dissolver-se, dando lugar à categoria de *estudante-trabalhador*. (DAL RI; VIEITEZ, 2004: 53).

Da mesma forma, as funções sociais da escola diferem-se das que são hoje comumente conhecida nas formações da escola capitalista, ou seja, o intuito do IEJC não é habilitar o estudante para compor o mercado, embora esses recebam formação para isso. Geralmente o estudante trabalhador ao se formar retorna para trabalhar em sua comunidade, sendo que em alguns casos ele pode ser alocado em outra unidade de produção, dependendo das necessidades do Movimento. Assim, a intersecção entre a escola e as organizações econômicas não se dá “[...] pela mediação do mercado de trabalho, mas sim por meio do estabelecimento de relações diretas e orgânicas entre elas. (DAL RI; VIEITEZ, 2004: 54).

O IEJC é um representante importante da proposta educacional do Movimento, já que assume a autogestão pedagógica, a autogestão política e organizacional (gestão democrática); articula o trabalho ao ensino, dando lugar à categoria estudante-trabalhador; e não oferece uma formação para o mercado de trabalho como um fim em si. Contudo, há que se ressaltar que são inúmeros os acampamentos e assentamentos do MST e que o exemplo citado não pode ser generalizado como sendo o exemplo a ser encontrados em todos os acampamentos e/ou assentamentos do Movimento, mas sem dúvida parece ser o representante mais avançado.

Conclusão

Diante o exposto, podemos concluir que o IEJC expressa os princípios filosóficos e pedagógicos propostos pelo MST. No entanto, como já afirmado, não se pode generalizar o Instituto como sendo toda a expressão da pedagogia do Movimento, mas uma expressão importante.

E o caráter potencialmente revolucionário da pedagogia também está expresso, isto é, encontra seu valor nesse exemplo concreto. As categorias que fundamentam a proposta do Instituto são o enfoque de classe, a autogestão, a conjugação do ensino com o trabalho produtivo e o estudante-trabalhador.

Essas categorias educacionais, se aplicadas na sociedade, significariam uma revolução pedagógica, o que coloca no campo da utopia. Seja como for, fica evidente que, ao se passar do contexto controlado pelo Movimento para o da sociedade inclusiva, passa-se da esfera de uma pedagogia que está sendo posta em prática, ainda que com restrições e sob pressão constante, para a esfera da aspiração política. A questão subsequente é inevitável. Esses princípios são válidos quando se pensa numa ação contra-hegemônica geral e, portanto, na emancipação das classes trabalhadoras? (DAL RI; VIEITEZ, 2004: 55).

A resposta a essa pergunta é também a questão que nosso trabalho pode se colocar. O caráter potencialmente revolucionário da pedagogia do MST de fato aponta para uma transformação radical da sociedade?

A pedagogia do MST está sendo elaborada e implementada em íntima conexão com as realidades sociais engendradas pelo Movimento. Ao que tudo indica, as proposições educacionais estão indo ao encontro de teses que são clássicas no pensamento pedagógico crítico. Tal como afirmam Dal Ri e Vieitez (2004), parece haver no momento mais perguntas do que respostas,

Em todo o caso, no processo de reflexão ora em curso, começam a aflorar algumas teses que convém destacar, dados os percalços históricos observados. Mézáros, por exemplo, em sua obra 'Para além do Capital' (2002), num esforço

para tentar compreender o que houve de errado com as revoluções populares realizadas e fracassadas, afirma com toda a ênfase possível um dos princípios da autogestão: ou a emancipação dos trabalhadores será feita pelos próprios trabalhadores, ou não haverá emancipação humana. (DAL RI; VIEITEZ, 2004: 56).

Sobre o último aspecto, ao que tudo indica, são os trabalhadores do Movimento os que estão à frente do processo educacional de sua pedagogia desenvolvendo e colocando em prática uma educação dos trabalhadores para os trabalhadores.

Referências

CALDART, Roseli Salet. “Pedagogia do Movimento Sem Terra”. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. “Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular”. 36ª Reunião Anual da Anped, GT trabalho e Educação. Goiânia, 30 de setembro, 2013.

DAL RI, Neusa Maria. “Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2004. f. 315.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. “Trabalho como princípio educativo e práxis político-pedagógica”. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandeí Pinto da; MILLER, Stela (Orgs.) (2009); Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 253-305.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “Princípios da educação no MST”. Caderno de Educação. MST, n.8, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “Como fazemos a escola de educação fundamental”. Caderno de Educação. MST, s. l., n. 9, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “Acompanhamento às escolas”. Boletim de Educação. São Paulo, n.8, jul., 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “MST – Lutas e conquistas”. São Paulo: MST, 2010.